O Anti-Scam Command e as fraudes contra o varejo

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Dimensão

A grande maioria das ocorrências policiais relacionadas a criptoativos em Singapura diz respeito a golpes contra pequenos investidores. Incluem golpes de investimento que prometem retornos com trading de criptoativos, golpes de emprego pagos em USDT, golpes de falsa identidade em que as vítimas são orientadas a comprar criptoativos em um quiosque e enviá-los ao fraudador, e golpes românticos. A Singapore Police Force informou perdas com golpes superiores a S$ 1 bilhão em 2024, sendo os golpes de investimento a maior categoria e uma parcela substancial envolvendo criptomoedas como meio de pagamento.[1] O Anti-Scam Command, criado em 2022 dentro do Criminal Investigation Department, reúne o Anti-Scam Centre, as equipes policiais de combate a golpes e oficiais de ligação alocados nos bancos e, desde 2023, nos licenciados de digital payment tokens (“tokens de pagamento digital”).

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Instrumentos

A eficácia do Anti-Scam Centre baseia-se na rapidez. Os oficiais de ligação nos bancos bloqueiam contas poucas horas após a ocorrência. O mesmo modelo foi estendido às maiores exchanges, que concordaram em bloquear contas e preservar registros a pedido da polícia. O Online Criminal Harms Act 2023 permite à polícia emitir determinações a serviços online, incluindo lojas de aplicativos e plataformas de mensagens, para remover conteúdo fraudulento e desativar contas. Seus códigos de conduta impõem deveres às plataformas designadas.[2] Desde 2024, a MAS (Monetary Authority of Singapore) e a polícia também exigem que os licenciados de digital payment tokens participem de mecanismos compartilhados de vigilância antifraude, à semelhança dos deveres impostos aos bancos pelo Shared Responsibility Framework para golpes de phishing.

Pergunta de cliente

"Um cliente do meu family office enviou 200.000 USDT para uma 'plataforma de trading' que desapareceu. O que a polícia de Singapura pode fazer?" Registre imediatamente uma ocorrência, com os hashes das transações, os endereços das carteiras e todas as comunicações. O Anti-Scam Centre pedirá às exchanges licenciadas em Singapura que bloqueiem as contas a que os USDT chegaram e pode solicitar bloqueios a exchanges estrangeiras pelos canais policiais. A própria Tether já bloqueou endereços a pedido de autoridades policiais. Paralelamente, inicie a via cível de rastreamento descrita no Capítulo III, porque a polícia não vai recuperar os recursos para o seu cliente. A tarefa dela é a persecução penal. A recuperação só ocorre se os ativos forem apreendidos e o tribunal determinar sua restituição.

Notas

1. Singapore Police Force, Annual Scams and Cybercrime Brief 2024, publicado em fevereiro de 2025. ↩
2. Online Criminal Harms Act 2023, Parts 2 e 3, Singapore Statutes Online. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com